

A economia após o voto

Sem pacotes ou surpresas, novas medidas não dependem de eleição

EDUARDO BRITO

Editor de Economia

"Para a economia, o importante é a realização das eleições, é que elas passem, e não o seu resultado". Essa afirmativa, de um assessor direto do ministro do Planejamento, mostra com precisão o que o comando econômico do governo pensa da votação de amanhã: não há o risco de alteração de rumos na economia, uma vez que o Executivo detém os instrumentos necessários para implementar a linha já traçada, mas a passagem das eleições abrirá campo para a adoção de medidas que, embora já previstas, extravam à espera do período pós-eleitoral.

Um importante ministro da área confidenciava a auxiliares, há pouco, que estava preparada uma série de medidas, aguardando apenas a volta do presidente para seu exame. Com a série de viagens do presidente Figueiredo, a análise dessas medidas — mesmo que perfeitamente enquadradas na orientação traçada pela área econômica e ratificada pelo Conselho Monetário Nacional — não pode ser completada pelo Planalto.

Não haverá pacotes, como não haverá surpresas. O figurino está pronto, como afirmava o assessor de Delphi. Todas as medidas, que não devem ser tomadas de uma vez só, visam dar prosseguimento à orientação já adotada: redução de déficit do setor público, inclusive com a dimi-

nuição do volume de subsídios, estímulo às exportações e corte de importações; finalmente, e menos importante, controle da inflação.

Diversas dessas decisões só tomarão corpo efetivamente algum tempo depois, no orçamento monetário. Ainda depende, inclusive, do debate interno, no próprio governo. O melhor exemplo, aí, é dado pelos subsídios à agricultura. Conforme o ministro Amaury Stabile, assegurou, os subsídios continuarão. Entretanto, é provável que sofram alterações de forma, destinados a modificar-lhe o volume.

Há, nesse campo, várias opções em debate. A elevação das taxas nominais de juros, hoje em 45 por cento — para o Nordeste, 35 por cento foi dada como afastada, mas acaba de ser ressuscitada em uma reunião do Ministério da Fazenda. Outra alternativa seria o aumento da contrapartida de recursos próprios para o custeio, por parte dos grandes e médios produtores.

A redução do déficit do setor público será implementada por diversas medidas, algumas das quais já estão em vigor. O próprio orçamento fiscal, aprovado pelo Congresso, contém gastos e em consequência altera o cronograma de uma série de obras. O orçamento das estatais, ainda não concluído, obedecerá aos mesmos princípios.

O governo pretende reduzir ao

mínimo os repasses do orçamento fiscal das estatais — ou seja, deixar de injetar nas estatais os recursos provenientes da receita de impostos. Da mesma forma, pretende financiar ao máximo os subsídios contidos no orçamento monetário com esses recursos. É evidente que isso implicará medidas também na esfera tributária, sendo sintomático que ainda não tenham sido definidas e divulgadas as tabelas para arrecadação no próximo ano.

Praticamente todas as medidas em cogitação dispensam a aprovação do legislativo. A única que a exigiria seria a modificação da política salarial, mas essa ideia foi praticamente afastada pela cúpula do governo. Não se pretende mexer, por exemplo, na semestralidade dos reajustes. E a retirada dos 10 por cento acima do INPC para a faixa até três salários mínimos, mesmo que bem vista por muita gente, em especial empresários do Centro-Sul, não justificaria uma convocação extraordinária do Congresso.

As medidas da área econômica, portanto, virão gradualmente, após as eleições. Não serão necessariamente amargas; contrariarão alguns setores e serão bem vistas por outros, como acontece com qualquer decisão governamental. Mas, o que é mais importante, dificilmente serão afetadas pelos resultados das eleições, sejam eles quais forem.